



6 e 7 Especial

PARA RECOMPOR PERDAS DESDE 2014, SERIA PRECISO REAJUSTE DE 41,67%

3

Giro Nacional

Sancionada lei que descongela pagamento de direitos dos servidores durante a pandemia

5

Giro Institucional

Assemperj recebe novos servidores do MPRJ e reforça atuação junto à categoria

4

Projeto Acolher

Acolher Assemperj: projeto de atendimento psicossocial aos associados em parceria com a UFF

8

Giro Assemperj

Assemperj adquire primeira sede própria e consolida marco histórico

9

Giro Assemperj

Balanço 2025: crescimento e conquistas consolidam a Assemperj

10

Opinião

Concurso público no quadro técnico do MPRJ é dever constitucional

11

Dicas Culturais

Entre palcos, telas e páginas: novidades que você não pode perder

12

Servidor em Foco

A literatura de Luiz Henrique Dourado: caminhos conciliados, finais diversos



EDITORIAL

O ano de 2026 é de comemorações para a Assemperj, que completa 35 anos de lutas e serviços prestados aos seus associados. Como o aniversário é em julho, nesta edição adiantamos que teremos novidades e atividades ao longo do ano. Fiquem atentos.

O destaque desta edição é a **luta pela preservação do valor dos salários**. Estudos encomendados ao Dieese apontam perda salarial de 41,67% entre 2014 e o final de 2025. Reafirmamos a importância desse tema, prioridade permanente em nossa agenda política.

Apresentamos também o balanço de 2025, que consolida nosso crescimento institucional: mais de 3.200 associados e aumento de 12,27% na receita em relação ao ano anterior. Benefícios e comunicação seguem em expansão. Entre as conquistas, destacam-se o reajuste do auxílio-saúde, a licença compensatória por acúmulo de acervo e o abono natalino para aposentados.

Avançamos ainda na compra da primeira sede própria. O imóvel foi adquirido no final do ano passado e está em fase de desenvolvimento do projeto arquitetônico. Trata-se de um passo importante para nossa autonomia e amadurecimento político, além de ampliar o conforto e os serviços oferecidos aos associados.

A diretoria também recepcionou os servidores aprovados no último concurso, muitos já integrantes da base. Embora seja uma vitória histórica, lembramos que o MPRJ não realiza concurso para áreas especializadas há 25 anos, pauta que permanece no radar da entidade.

O projeto **Acolher Assemperj** receberá atenção especial em 2026, com acolhimento psicológico individual e em grupo, além de apoio sociojurídico. A iniciativa busca não apenas prestar atendimento, mas subsidiar estratégias de prevenção e combate ao assédio no MPRJ.

Por fim, reafirmando o compromisso com a cultura, uma de nossas diretoras compartilha dicas sobre o que está em destaque nas plataformas digitais. Na literatura, a coluna **Servidor em Foco** apresenta os livros do colega Luiz Henrique Marques. Aproveite a leitura.

Eduardo Sá - Assessor de Comunicação da Assemperj



Eduardo Sá
Assessor de
Comunicação da
Assemperj



ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria:

Vinícius Zanata - presidente
Juliana Vargas - vice-presidente
Uélinton de Souza - diretor geral
Letícia Sant'ana - diretora adjunta
Matheus Nunes - diretor adjunto
Natália Jaconianni - diretora adjunta
Patrícia Pereira - diretora adjunta

Texto: Eduardo Sá (MTB: JP 33266RJ) e Vinícius Zanata

Edição: Mobiliza Comunicação - Stephanie Hora

Diagramação: Mobiliza Comunicação - Gabriela Prado

Tiragem: 1.000 exemplares

Av. Presidente Antônio Carlos,
607/12º andar
Centro - Rio de Janeiro/RJ

Giro Nacional

SANCIONADA LEI QUE DESCONGELA PAGAMENTO DE DIREITOS DOS SERVIDORES DURANTE A PANDEMIA

Nova norma federal permite contagem e pagamento retroativo de direitos suspensos na pandemia e pode beneficiar servidores do MPRJ

A sanção da Lei Complementar nº 226/2026, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em meados de janeiro, abre a possibilidade de pagamento retroativo de direitos remuneratórios que ficaram congelados durante a pandemia de Covid-19, o que pode impactar diretamente os servidores do MPRJ.

De autoria da deputada Prof. Luciene Cavalcante, do PSOL de São Paulo, a norma, conhecida popularmente como "lei do descongela", autoriza estados e municípios a reconhecer e contabilizar 583 dias que permaneceram congelados no período entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021, por força da Lei Complementar Federal nº 173/2020, editada no então governo Bolsonaro.

De acordo com Vânia Leal Nunes, coordenadora da FENAMP e presidenta da ANSEMP, com a sanção da lei, o tempo dos benefícios passa a ser contado automaticamente, cabendo a cada instituição definir o seu próprio trâmite para o pagamento retroativo autorizado pela legislação federal. No caso dos Ministérios Públicos Estaduais, a regra geral é o pagamento mediante projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa local e sancionado pelo governador do Estado.

Além de professora e supervisora escolar, a deputada também é advogada e tem mestrado em Educação pela Unicamp.



Foto: Divulgação/Portal da Câmara dos Deputados

“A Lei Complementar nº 226 é uma importante conquista de todos os servidores públicos do país, pois corrige a injustiça que sofremos durante a pandemia.

A Ansemp e a Fenamp acompanharam toda a tramitação da matéria, articulando e acompanhando sua aprovação na Câmara, no Senado e até a sanção presidencial, confirmando que, com união, mobilização e articulação, podemos muito mais”, afirmou.

No caso do Rio de Janeiro, vale ressaltar que houve, à época da Lei Complementar nº

173/2020, uma interpretação mais favorável por parte do Tribunal de Contas do Estado, o que acabou congelando não a contagem do tempo, mas apenas a fruição dos efeitos financeiros. Assim, a partir de 1º de janeiro de 2022, a contagem voltou a gerar efeitos para servidores que haviam completado triênios ou licença-prêmio, em seus respectivos períodos, por exemplo.

A novidade trazida pela Lei do Descongela é a autorização para que os entes federativos realizem o pagamento retroativo, desde que tenham decretado estado de calamidade pública à época, disponham de orçamento compatível e aprove a medida por meio de lei na Assembleia Legislativa.

A diretoria da Assemperj | Sindsemp-RJ vem atuando junto ao parlamento e às demais entidades sindicais na construção de uma proposição de lei autorizativa para garantir o pagamento retroativo, o que poderá gerar ganhos aos servidores que tiveram o recebimento do adicional por tempo de serviço adiado.



Projeto Acolher

ACOLHER ASSEMPERJ: PROJETO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL AOS ASSOCIADOS EM PARCERIA COM A UFF

Iniciativa oferece acolhimento psicológico, ações de prevenção ao assédio e apoio sociojurídico, em diálogo com diretrizes nacionais de saúde mental no Ministério Público



A Assemperj firmou uma nova parceria para implementar ações técnico-científicas voltadas à promoção da saúde mental e à prevenção do assédio moral e sexual no âmbito do MPRJ. Trata-se do projeto **Acolher Assemperj**, que vem disponibilizando acolhimento psicológico individual e em grupo aos associados, com possibilidade de apoio sociojurídico, conforme o interesse do servidor.

A iniciativa oferece planos de acolhimento psicossocial, com escuta qualificada e suporte imediato, além da aplicação de um questionário destinado à coleta de informações para subsidiar estratégias de prevenção, promoção, vigilância, assistência e enfrentamento ao assédio. O questionário pode ser respondido por qualquer servidor e contribui para a construção de um diagnóstico capaz de mapear riscos psicossociais no ambiente de trabalho.

A proposta busca apresentar medidas que fortaleçam o senso de coletividade, ampliem a consciência de classe

e contribuam para a melhoria dos indicadores de saúde mental da categoria, a partir de intervenções práticas e fundamentadas em evidências técnicas.

O projeto é coordenado pelo **professor doutor Bruno Chapeiro Ribeiro**, psicólogo e pós-doutor em Saúde Coletiva pela Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, além de professor adjunto da Universidade Federal Fluminense. A iniciativa é inspirada e viabilizada a partir do projeto **Caminhos do Trabalho UFF**, desenvolvido pelo Departamento de Psicologia de Volta Redonda do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFF.

Segundo o coordenador, a proposta é acolher com sensibilidade os casos apresentados, realizar o mapeamento dos riscos psicossociais e, a partir disso, estruturar atendimentos individuais e ações coletivas. O objetivo é transformar vivências marcadas por violência e assédio, muitas vezes experimentadas de forma isolada, em reflexão e construção coletiva, contribuindo para a formulação

de uma política permanente de saúde do trabalhador e da trabalhadora no âmbito associativo e sindical.

A iniciativa dialoga diretamente com demandas apresentadas pelos associados e com ações institucionais desenvolvidas no MPRJ e no Conselho Nacional do Ministério Público, que recentemente

tam do tema, priorizando a saúde mental em seus meios de comunicação e participando dos debates nacionais por meio das entidades representativas. O projeto Acolher Assemperj se soma a esse conjunto de ações como mais uma ferramenta concreta de promoção do bem-estar e de prevenção ao adoecimento dos servidores.



Foto: Divulgação

divulgou pesquisas apontando elevados índices de adoecimento mental e riscos psicossociais nos Ministérios Públicos do país. Nesse contexto, destaca-se a Resolução CNMP nº 265/2023, que institui a Política Nacional de Atenção à Saúde Mental dos integrantes do Ministério Público.

A Assemperj tem atuado de forma permanente nos canais institucionais que tra-



Informações e agendamentos no site da Assemperj.

Giro Institucional

ASSEMPERJ RECEBE NOVOS SERVIDORES DO MPRJ E REFORÇA ATUAÇÃO JUNTO À CATEGORIA

Recepção marcou o encerramento do curso de ambientação e reforçou o vínculo entre a entidade e os servidores recém-empossados

No dia 20 de outubro de 2025, a diretoria da Assemperj realizou uma recepção especial para cerca de 60 novos servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no restaurante Orla 21, localizado no rooftop do Bossa Nova Mall. O concurso, oriundo de edital publicado em 2025, era um dos mais aguardados pela entidade, que acompanhou todo o processo de forma ativa, incluindo a mobilização pelo desbloqueio das 49 vagas que permaneciam indisponíveis desde 2020.

Nem mesmo o veto da Administração Superior do MPRJ à participação da Assemperj no curso de ambientação dos novos servidores impediu a aproximação dos recém-empossados com sua entidade associativa. Antes mesmo da publicação das convocações, a diretoria já mantinha contato com os aprovados por meio de grupos de WhatsApp e comunidades virtuais, prestando esclarecimentos, promovendo reuniões e oferecendo orientações.

O evento ocorreu em clima de descontração e celebração, marcando o encerramento do curso de ambientação e o início do exercício efetivo na função. Na semana seguinte,

os novos servidores, formados majoritariamente por técnicos do MPRJ, apresentaram-se em seus postos de trabalho, passando a reforçar as unidades de atuação direta do órgão. A expectativa era grande.

Entre os 58 técnicos aprovados no último concurso, Riquelme Iorio da Silva, de 25 anos, é um dos colegas que se associaram à Assemperj logo ao ingressar no cargo. Nasceu e criado em Santa Cruz, na zona oeste do Rio, ele relatou que o MPRJ é seu primeiro emprego formal e que todo o esforço dedicado para ingressar na Instituição valeu a pena.

“Trabalhar com quem e com o que eu trabalho vale muito a pena. Sou muito grato por atuar no MPRJ e à nossa associação, que nos recebeu tão bem e esclareceu todas as nossas dúvidas. Pretendo dedicar minha vida à Instituição e, quem sabe, um dia deixar de ser servidor para me tornar membro”, afirmou.

A colega Iaci Ramos Campos, sergipana de 30 anos, foi aprovada como analista processual no último concurso do MPRJ. Segundo ela, os novos servidores demonstram forte

compromisso com a melhoria contínua da Instituição. “Durante esses primeiros meses no MPRJ, fomos muito bem acolhidos, principalmente pelos servidores mais antigos, além de aprendermos bastante no dia a dia do trabalho. A expectativa é contribuir positivamente para a prestação de um serviço público de qualidade”, destacou.

Até o momento, o concurso já convocou 159 aprovados em todos os cargos. O número

supera o total inicial de vagas em razão de desistências e eliminações ao longo do processo. As convocações e nomeações seguem ocorrendo de forma regular.

Novos servidores reunidos na festa de recepção promovida pela Assemperj no restaurante Orla 21, localizado no rooftop do Bossa Nova Mall.



Foto: Arquivo Assemperj



Especial

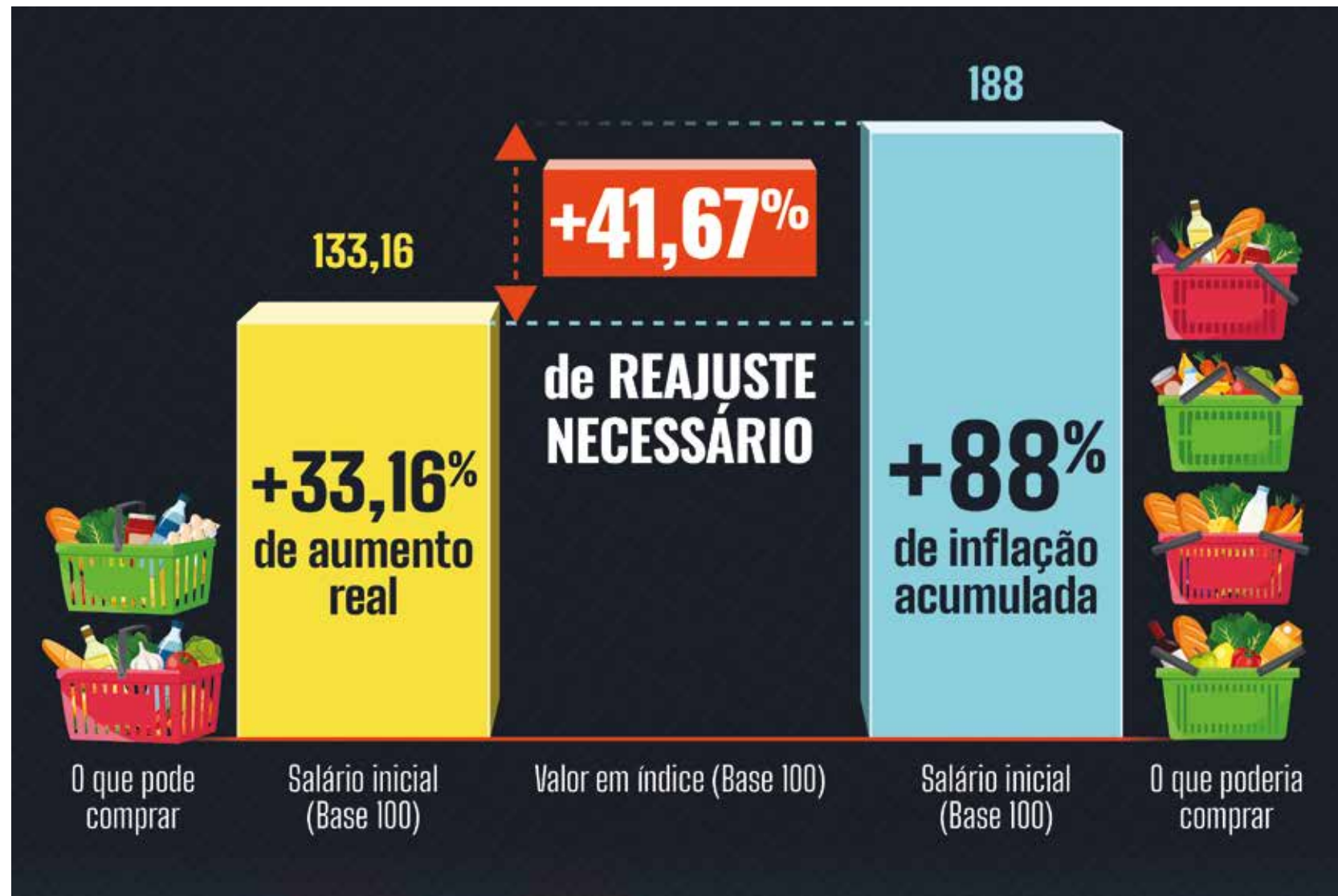


Foto: Divulgação

PERDA SALARIAL ACUMULADA E FALTA DE ATUALIZAÇÃO DA CARREIRA ATINGEM PATAMAR CRÍTICO

Perdas acumuladas, estagnação funcional e avanço de carreiras congêneres expõem o atraso na atualização do plano de cargos do MPRJ

Um relatório de perda salarial encomendado pelo Sindicato dos Servidores do MPRJ (SINDSEMP-RJ) ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) apontou que as perdas salariais da categoria atingiram um patamar crítico: 41,67% no período entre janeiro de 2014 e dezembro de 2025, já contabilizando, nesse percentual, a concessão das três parcelas retroativas e a revisão geral anual relativa ao ano de 2022.

“A defasagem salarial já é sentida em todos os níveis da carreira de servidores do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), mas há dois grupos que expressam de forma mais evidente o desconforto com essa realidade. O primeiro é formado por servidores que se encontram no topo da carreira funcional, estagnados, sem mais promoções ou progressões horizontais a cumprir.

Especial

De acordo com levantamento feito pelo sindicato, em julho de 2025, o último nível da carreira (C-15) era ocupado por ao menos 470 servidores do cargo de técnico e 180 do cargo de analista. Somados, representam quase 30% do quadro efetivo.

O segundo grupo é composto por servidores no início da carreira que, antes, tinham o MPRJ como concurso-alvo e, atualmente, veem o órgão como concurso-ponte, ou seja, um cargo de passagem. Diante de salários menos atrativos e de melhores oportunidades em outros certames, esses servidores seguem estudando e realizando provas, buscando remunerações mais elevadas com a mesma base de conhecimento.

Nesse contexto, o MPRJ deverá enfrentar uma prova de fogo com o concurso público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), realizado no início de 2026, que poderá atrair servidores do Ministério Público. Com as melhorias recentes, a carreira de serventuário passou a ser mais vantajosa do que a car-

reira de servidor do MPRJ para quem está ingressando no serviço público. Há, portanto, a possibilidade concreta de inversão do fluxo TJRJ-MPRJ, com servidores deixando seus cargos no Ministério Público para assumir funções no Judiciário, algo inédito até então.

Os servidores ocupantes de cargos em comissão, especialmente aqueles não contemplados pela gratificação concedida em 2024, também sentem de forma intensa o impacto das perdas salariais acumuladas ao longo dos anos.

Diante desse cenário, os servidores iniciaram 2026 atentos às promessas do Procurador-Geral de Justiça, Dr. Antônio José, que anunciou, em sessão do Órgão Especial, a previsão orçamentária de 2026 com reajuste de aproximadamente 7,5% para os servidores, além de melhorias nos benefícios. A implementação, no entanto, foi condicionada à adesão do Estado ao Propag. O tempo, porém, é fator crítico. Em ano eleitoral, a Lei de Responsabilidade Fiscal veda a aprovação de despesas com pessoal a partir de 1º de julho.



Há anos, ao lado do Fosperrj e do Movimento Recomposição Salarial Já!, Assemperj e SINDSEMP-RJ cobram respostas à desvalorização do serviço público e às perdas salariais acumuladas.

Foto: Arquivo Assemperj

Valorização de carreiras para PGE, Defensoria e TJRJ no final de 2025

A sensação de abandono da carreira do servidor do MPRJ torna-se ainda mais evidente diante dos avanços registrados em órgãos congêneres. No encerramento de 2025, diversos projetos de lei de carreiras foram enviados à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) com o objetivo de criar novos direitos para os servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e do TJRJ. Todos acabaram aprovados.

É o caso da Lei Estadual nº 11.048/2025, que reestruturou o plano de carreira dos servidores da Procuradoria-Geral do Estado, criando novos patamares para o adicional de qualificação, que variam de 15% a 40%, além de instituir gratificação por acréscimo de atribuições.

Já os servidores da Defensoria Pública foram beneficiados pela Lei Complementar nº 228/2025, que instituiu, entre outros direitos, a gratificação pela atuação em acumulação de órgãos e processos. No MPRJ, esse direito é garantido apenas na investidura eleitoral, mas precisa ser estendido a outras designações que envolvem acúmulo de funções.

Por fim, com a Lei Estadual nº 11.084/2025, o Tribunal de Justiça avançou na criação de novos direitos, como o Adicional de Qualificação por Experiência Profissional. A partir de entendimento entre as chefias institucionais do MPRJ e do TCE-RJ, foi possível emendar o projeto e estender os efeitos da norma aos servidores desses órgãos, desde que compatível com a respectiva carreira.

Ainda não estão definidos quais desses direitos poderão ser efetivamente aplicados aos servidores do MPRJ, uma vez que o texto legal precisa ser adequado à realidade dos cargos existentes, especialmente no que se refere ao adicional por experiência profissional, que dependerá de regulamentação específica no momento oportuno. Além disso, eventuais adaptações exigirão análise técnica e impacto orçamentário, o que pode prolongar o prazo de implementação e gerar novas expectativas na categoria.

Apesar desse avanço pontual, a categoria carece de uma atualização urgente do plano de cargos, por meio de uma revisão mais ampla da Lei Estadual nº 5.891/11, que incorpore as perdas salariais acumuladas e atualize a estrutura da carreira e as vantagens concedidas aos servidores do MPRJ, a exemplo do que ocorreu em outros órgãos. Não se trata apenas de equiparação formal, mas de restabelecimento do equilíbrio remuneratório e da atratividade institucional.

Sem uma reestruturação consistente, o risco é de aprofundamento da evasão de quadros qualificados, especialmente entre os servidores mais jovens e aqueles que atingiram o topo da carreira sem perspectiva de evolução funcional. A defasagem tende a comprometer a retenção de talentos e a continuidade técnica das atividades administrativas e finalísticas.

O prejuízo, portanto, não se restringe aos servidores, mas alcança o próprio funcionamento do Ministério Público. A valorização da carreira é elemento estratégico para assegurar estabilidade institucional, eficiência administrativa e qualidade na prestação de serviços à sociedade fluminense.



Giro Assemperj

ASSEMPERJ ADQUIRE PRIMEIRA SEDE PRÓPRIA E CONSOLIDA MARCO HISTÓRICO

Imóvel no Centro do Rio, com quase 500 m², simboliza autonomia institucional e deverá ser inaugurado no segundo semestre de 2026

A Assemperj vive um momento histórico. No dia 6 de novembro de 2025, foi concluída a compra do espaço que abrigará sua primeira sede própria, concretizando um sonho coletivo construído ao longo de quase 35 anos de trajetória.

Localizada na Avenida Graça Aranha, nº 57, 11º andar, no Centro do Rio de Ja-

neiro, a estrutura conta com quase 500 metros quadrados e foi pensada para fortalecer a comunidade de associados, que impulsiona e renova a entidade a cada ano.

Até então, a Associação ocupava dependências cedidas pelo MPRJ. A aquisição representa um passo decisivo rumo à autonomia e ao amadurecimento da entidade. O local também será planejado

como espaço de convivência, integração e fortalecimento da vida dos associados.

O processo foi conduzido com transparência, planejamento e respaldo técnico. Em reunião assemblear, foram definidos os critérios para a escolha. Após meses de busca e visitas técnicas, a diretoria convocou Assembleia Geral Extraordinária para apresentar a proposta aos filiados. A aprovação ocorreu por unanimidade, com base nas análises jurídicas, financeiras e imobiliárias realizadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal.

A direção ressaltou a relevância simbólica e prática da

conquista, destacando que o espaço atende às necessidades da Associação e marca uma nova etapa em seu desenvolvimento. Também agradeceu aos associados, funcionários, parceiros comerciais e às gestões anteriores, enfatizando que o resultado é fruto de uma construção coletiva iniciada há quase 35 anos.

Atualmente, está em elaboração o projeto arquitetônico de adaptação, já que o imóvel abrigava anteriormente uma grande corretora do mercado de seguros. A proposta será apresentada em breve aos associados, e a expectativa é concluir a entrega no segundo semestre de 2026.

Aquisição do imóvel na Av. Graça Aranha representa a consolidação de um sonho coletivo, construído ao longo de quase 35 anos de trajetória.



Foto: Arquivo Assemperj

Giro Assemperj

BALANÇO 2025: CRESCIMENTO E CONQUISTAS CONSOLIDAM A ASSEMPERJ

Números expressivos, avanços institucionais e ampliação de benefícios marcam o balanço anual da entidade

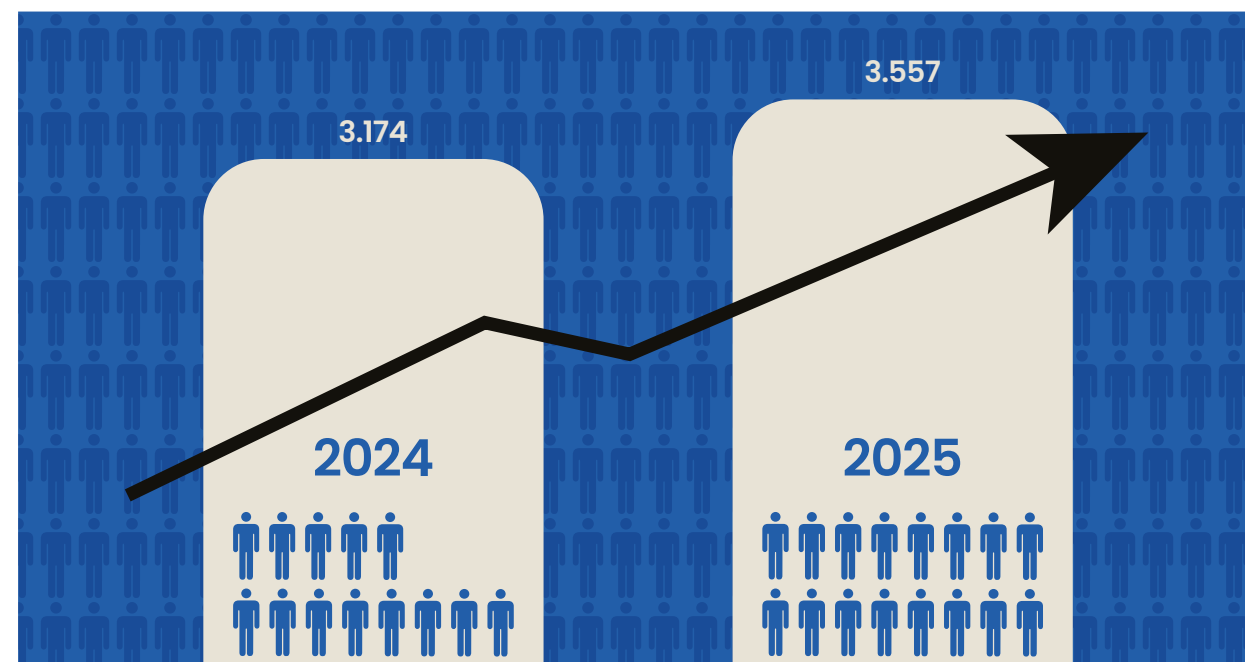


Foto: Divulgação

Crescimento, representatividade e conquistas históricas marcaram o ano de 2025 da Assemperj. Em compromisso permanente com a transparência e a valorização de seus filiados, a entidade apresenta um balanço das principais ações, números e resultados alcançados ao longo do último ano.

A base de associados da Assemperj segue em crescimento significativo. A entidade alcançou mais de 3200 associados, dos quais 383 ingressaram em 2025. A expectativa é de continuidade desse crescimento nos próximos anos, impulsionado pelas convocações do novo concurso para a carreira de servidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

A receita da entidade também manteve trajetória de alta. Houve crescimento aproximado de 12,27% na compara-

ção entre 2025 e 2024, garantindo sustentabilidade para a ampliação das despesas fixas, especialmente diante da aquisição da nova sede. Na área de benefícios, a Assemperj alcançou mais de 60 serviços oferecidos por meio de convênios, mantendo o plano Amil/Assemperj como carro-chefe, com 3.507 vidas seguradas, entre titulares e dependentes.

A política de comunicação institucional tornou-se ainda mais efetiva. O perfil da Assemperj no Instagram ultrapassou 4.000 seguidores. Ao longo de 2025, foram publicados 242 comunicados, além de 447 stories e 33 reels. O canal Assemperj Informa passou a entregar conteúdo diário a 2.920 associados, o que representa mais de 90% da base de filiados. Apenas em 2025, foram enviados 254 informes por esse canal. No site institucional, foram publicadas 101 matérias, além do envio de 143 informativos por e-mail.

A participação interna também ganhou novo impulso em 2025. Ao longo do ano, foram realizadas quatro assembleias gerais, sendo três extraordinárias e uma ordinária. Como parte da aproximação com os associados, a diretoria realizou 24 visitas aos CRAAIs e comarcas onde o MPRJ está presente, fortalecendo o diálogo direto com os servidores em seus locais de trabalho. Os

Os números expressivos refletem não apenas crescimento e solidez institucional, mas também o resultado de uma gestão pautada no diálogo, na transparência e na atuação firme em defesa da categoria.

eventos sociais foram ampliados e fortalecidos, totalizando dez atividades, com a participação de mais de 1.220 colegas, entre elas a festa de final de ano, o Resenha Assemperj e o Mês das Crianças com a

Assemperj, iniciativas que contribuíram para estreitar vínculos e estimular o sentimento de pertencimento.

A assessoria jurídica permaneceu como eixo estruturante da atuação institucional. A Assistência Jurídica Individualizada atendeu 92 servidores, enquanto a Consultoria Jurídica Individualizada alcançou 63 atendimentos. A atuação junto à Administração também se manteve constante, com a expedição de 20 ofícios contendo reivindicações da categoria. Entre as principais conquistas do ano, destacam-se o reajuste do auxílio-saúde, a licença-compensatória por acumulação de acervo e o abono de Natal para aposentados, uma reivindicação histórica da categoria, aguardada há mais de 20 anos.

O balanço de 2025 confirma uma organização mais estruturada, presente e sintonizada com as demandas do seu quadro associativo.

BIP, BIP! PRECISANDO DAQUELA FORÇA COM O SEU AUTO? NO SICOOB, VOCÊ ENCONTRA TUDO EM UM SÓ LUGAR!

- Consórcio
- Seguro Auto
- Financiamento de Veículos
- Sicoob Tag



Entre em contato conosco e saiba mais. Abra a sua conta agora!

sicoob.com.br/web/sicoobcooperj





Opinião

CONCURSO PÚBLICO NO QUADRO TÉCNICO DO MPRJ É DEVER CONSTITUCIONAL

Ausência de concursos há décadas e substituição por vínculos precários comprometem a estrutura técnica da instituição

Por **Matheus Fraga**

O MPRJ não realiza concurso público para ingresso no quadro técnico há 25 anos. Em alguns casos, sequer houve abertura de processo seletivo, como nas especialidades de arquitetura e urbanismo, medicina, engenharia, geologia e nutrição, entre diversas outras áreas fundamentais ao funcionamento da instituição.

No último certame, apenas a carreira de tecnologia da informação foi contemplada. As áreas de contabilidade, serviço social e psicologia tiveram seu último concurso público realizado no ano de 2001.

O processo de desmonte do quadro técnico das áreas de serviço social, psicologia e pedagogia teve início com a edição da Resolução GPGJ

nº 1.780/2012. Além dessas áreas, o MPRJ já contou com carreiras efetivas de bibliotecário, contador e jornalista, conforme disposto na Resolução GPGJ nº 985/2001.

A demanda por esses profissionais no quadro de servidores efetivos do é permanente e crescente. No entanto, a instituição tem adotado uma política funcional de precarização por meio de cargos em

gatoriedade do concurso público para ingresso em cargos e empregos públicos, como forma de assegurar os princípios da igualdade, moralidade e eficiência administrativa.

Essa conduta impede, por exemplo, que profissionais que já exercem funções técnicas ingressem no quadro efetivo, uma vez que os cargos nunca foram criados ou simplesmente deixaram de existir.



O cenário é crítico. Em razão de aposentadorias e exonerações, sem a devida reposição de profissionais nem a abertura de novas vagas em outras especialidades, o MPRJ não dispõe atualmente de contador, psicólogo ou jornalista em seu quadro efetivo e conta com apenas uma analista da área da saúde, na especialidade de serviço social.

comissão e do programa de residência, este último, inclusive, alvo de ação civil pública proposta pelo SINDSEMP-RJ. Tal prática contraria o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obri-

Essa postura contrasta com outros Ministérios Públicos estaduais, onde diversas áreas de nível superior integram o quadro efetivo. A falta de providências mantém a situação crítica: concurso público é dever constitucional.

Dicas Culturais

ENTRE PALCOS, TELAS E PÁGINAS: NOVIDADES QUE VOCÊ NÃO PODE PERDER

Por **Leticia Sant'ana** - Diretora da Assemperj e do Sindsemp-RJ

Teatro

A peça **Mulher em Fuga** acompanha a trajetória de Monique, mulher da classe trabalhadora que rompe com relações violentas e busca reconstruir a própria vida. Baseada na obra do escritor francês Édouard Louis, a montagem transforma uma história íntima em reflexão política sobre opres-

sões sociais, como é próprio da escrita do autor. Com Malu Galli e Tiago Martelli, dramaturgia de Pedro Kosovski e direção de Inez Viana. **Local:** Teatro Firjan SESI Centro, Av. Graça Aranha, 1 - Centro, Rio **Estreia:** 05/03 | **Ingressos:** R\$ 40 (inteira), R\$ 20 (meia)



Foto: Divulgação/Mulher em Fuga

Música

Após dois álbuns de destaque em 2025, Luedji Luna apresenta a turnê **Um Mar Pra Cada Um, Antes Que a Terra Acabe** no Circo Voador, nos dias 03 e 04 de abril. O show transita entre neo soul, jazz,

MPB e hip hop, em reflexões sobre o amor. Imperdível. **Local:** Circo Voador, Rua dos Arcos, s/n - Lapa **Ingressos:** a partir de R\$ 80, à venda no site da Eventim | **Abertura dos portões:** 20h



Foto: Henrique Falci

Cinema

Hora do Recreio, novo filme de Lucia Murat, aborda a educação no Brasil mesclando linguagem documental e ficcional. Os alunos relatam experiências marcadas por violência, racismo e feminicídio e, diante das limitações para filmar em escolas sob operações policiais, criam performances, como a encenação de **Clara dos Anjos**, de Lima Barreto, relacionando a história da personagem negra e suburbana aos dias atuais. Estreia em 12/03/2026.



Foto: Divulgação/Imovision

Literatura

Abolição: Políticas, práticas, promessas - Volume 1, de Angela Y. Davis (Companhia das Letras, tradução de Bruna Barros), reúne ensaios sobre o sistema prisional escritos ao longo de cinco décadas. Com base na experiência de encarceramento nos anos 1970, Davis traça a genealogia do sistema penal - da escravidão ao complexo prisional - e discute o papel das mulheres no abolicionismo, propondo caminhos para transformação social.



Foto: Divulgação/Companhia das Letras

Streaming

Dirigido por Andrew Jarecki e Charlotte Kaufman, o documentário **Alabama: Presos do Sistema (The Alabama Solution)**, da HBO, investiga corrupção e violações de direitos humanos no sistema prisional do Alabama. Com imagens gravadas clandestinamente pelos próprios detentos, o filme expõe condições de encarceramento e violência em uma das redes prisionais mais cruéis dos EUA. Indicado ao Oscar 2026, está disponível no HBO Max.



Foto: Divulgação/HBO Max

SUA OPORTUNIDADE DE TER O MELHOR PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO

PLANOS COM O MENOR CUSTO DO MERCADO PARA OS ASSOCIADOS DA ASSEMPERJ.

A PARTIR DE: R\$ 337,40

PLANO AMIL 400 QC O A 18 ANOS

amil

Assemperj

INFORMAÇÕES
KELLY CÂNCIO
(21) 99769-0811

ANALÍTICA

Servidor em Foco

A LITERATURA DE LUIZ HENRIQUE DOURADO: CAMINHOS CONCILIADOS, FINAIS DIVERSOS

Servidor do MPRJ concilia carreira pública e escrita literária marcada pelo desconforto, pelo absurdo cotidiano e por finais abertos

Cercado de familiares, amigos e leitores, Luiz Henrique Dourado lançou seu livro em 2025.



Foto: Arquivo Pessoal/Luiz Henrique Dourado

No **Servidor em Foco** deste mês, apresentamos a trajetória do analista processual Luiz Henrique Marques Dourado, no MPRJ desde 2014. Aos 40 anos, ele construiu uma obra que transita entre o drama psicológico, a poesia e o romance contemporâneo, sempre com o objetivo de provocar o leitor e instigar reflexões sobre a vida cotidiana e suas ambiguidades.

A escrita o acompanha desde a infância, apesar de períodos de afastamento. Já

adulto, retomou o projeto literário de forma consistente, consolidando seu estilo singular. Seu romance **Este Livro Não Existe** foi finalista do **Prêmio Sesc de Literatura**, em 2014, reconhecimento decisivo que reforçou sua determinação em continuar escrevendo, embora a obra ainda permaneça inédita.

Em 2021, publicou o drama psicológico **Pinball**, pela Editora 8 e Meio, que recebeu retorno expressivo do público, especialmente pelas discussões provocadas pelo protagonista e pelo desfecho

aberto. Dois anos depois, a paternidade inspirou o livro de poesias **Uma Pessoa Inédita**, de caráter íntimo e afetivo, celebrando a chegada de sua filha Olívia e explorando o vínculo familiar de forma sensível e poética.

Seu trabalho mais recente, **O Cheiro Azedo da Grama**, lançado pela Oficina Raquel, ampliou a circulação de sua obra, com presença em livrarias e clubes de leitura. O romance aborda o luto e a negação a partir da história de uma mãe que, após perder a filha, assume sua identidade nas

redes sociais, tensionando os limites entre realidade e perturbação, e suscitando reflexões sobre identidade, memória e perda. O livro alcançou rapidamente clubes de leitura, criando debates e discussões em torno da narrativa.

Em entrevista à **Assemperj**, Luiz Henrique comenta os desafios de conciliar a escrita com o serviço público, sua prioridade profissional, e com a vida familiar. Analisa também as dificuldades do mercado editorial brasileiro, caracterizado por um público restrito, preços elevados e a necessidade de o autor atuar na divulgação de sua própria obra, seja em eventos, redes sociais ou feiras literárias.

Em comum, seus livros compartilham a busca pelo “bom desconforto”: narrativas que tangenciam o absurdo sem romper com a realidade e que recusam respostas definitivas. Para o autor, a literatura deve provocar, testar e deixar espaço para múltiplas interpretações, assim como a própria vida, oferecendo ao leitor a experiência de refletir, imaginar e se perturbar de forma produtiva. Além disso, ele pretende ampliar o alcance de **O Cheiro Azedo da Grama**, levando a obra a novos leitores e a espaços de discussão literária, consolidando seu compromisso de unir arte, reflexão e experiência humana.



Leia a entrevista completa no site da **Assemperj**.